

A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação¹

Knowledge affects in epistemology: choice and subjectivity in Communication research

LUIS MAURO SÁ MARTINO^a

Faculdade Cásper Líbero, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES^b

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Belo Horizonte – MG, Brasil

RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão sobre a alteridade e as relações intersubjetivas nos estudos de comunicação, partindo das experiências de orientação de pesquisa em diversos níveis, da iniciação científica ao pós-doutorado. De um ponto de vista positivista, a subjetividade é compreendida como um obstáculo para a pesquisa, na medida em que, local de cruzamento de emoções e afetos, opõe-se à análise racional. Contrariamente, alguns epistemólogos como Bachelard e Morin argumentam que não há conhecimento fora de condições subjetivas específicas. Argumentamos que na pesquisa em comunicação não apenas a subjetividade é uma condição fundamental, como a relação com a alteridade precede qualquer ação epistemológica.

Palavras-chave: Epistemologia, alteridade, subjetividade

ABSTRACT

This essay outlines some aspects of subjectivity and otherness in Communication Research. It argues that, in Communication Research, subjectivity is the prime research condition, and the relationship with the otherness precedes any epistemological action. Historically, from a Positivist point of view, subjectivity is an obstacle for scientific research, as it would be the place for affects and emotions that disturbs the rational evaluation of anything. However, distinguished epistemologists such as Bachelard and Morin have argued that subjectivity is a condition of scientific knowledge, as there is no 'objective' knowledge outside the conditions of knowing.

Keywords: Epistemology, otherness, subjectivity

¹ Uma versão prévia deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 6 a 9 de junho de 2017.

^a Professor na graduação e pós-graduação em Comunicação na Contemporaneidade da Faculdade Cásper Líbero. Autor dos livros Teoria da Comunicação (Vozes, 2009) e Comunicação & Identidade (Paulus, 2010), entre outros. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5099-1741>. E-mail: lmsamartino@gmail.com

^b Doutora em Comunicação pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2253-0374>. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

INTRODUÇÃO: A CLÍNICA DA ORIENTAÇÃO

QUANDO NOSSOS ALUNOS de pós-graduação nos procuram para falar das dificuldades enfrentadas na construção da pesquisa, sobretudo aqueles que realizam pesquisas empíricas de que são objetos práticos e sujeitos cuja complexidade dos modos de vida desafiam qualquer teoria ou esboço metodológico, um livro de vertente etnográfica nos oferece elementos para boas conversas: *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*, de Loïc Wacquant (2002). Em uma das primeiras notas de rodapé da obra, o autor expressa seu encantamento pelo universo do boxe e pelos lutadores. Expressa também relances de conversas com Pierre Bourdieu, seu orientador de tese à época: “Pierre Bourdieu disse-me outro dia que estava com receio de que eu estivesse me deixando seduzir por meu objeto... Mal sabe ele que já estou para além da sedução” (Ibid.: 7).

A recorrência de dilemas políticos, éticos, afetivo-epistemológicos e práticos apresentados por nossos alunos, associados à nossa própria dificuldade em construir com eles reflexões e análises capazes não apenas de representar o que foi apreendido via empiria, se dirige no sentido de acolher os afetos e as nuances da alteridade na escritura (Marques; Martino, 2015).

A noção de *clínica da orientação* faz referência ao contexto, às implicações recíprocas dos protagonistas em situação: orientador e orientandos que se engajam no trabalho de elaboração conjunta de um texto movente, fruto de investimento afetivo, intelectual e de acolhimento. Conforme salienta Macedo (2012: 54), “no registro clínico, na sua singularidade em situação, o sujeito é convidado a se trabalhar e se trabalha. Na clínica a escuta do outro significa também a escuta desse outro em mim. Eu também me escuto, escuto minhas implicações”. Para esse autor, a implicação recíproca de orientador e orientandos revela que uma postura clínica é, acima de tudo, uma postura ética. “Assim, a clínica deve ser pensada acima de tudo como epistemologia, como postura de escuta do outro, de mim próprio, como inteligência da complexidade, da temporalidade e da opacidade” (Ibid.: 55).

É sob esses aspectos que as reflexões propostas neste trabalho nascem das práticas epistemológicas na área de comunicação. Se as discussões epistemológicas costumam acontecer em lugares específicos, as práticas epistemológicas estão espalhadas em todos os momentos de pesquisa, nos quais é possível notar as ressonâncias do que é pensado e problematizado na área.

O objeto explorado aqui não é sistemático, mas constante: trata-se das indagações e problematizações trazidas por pesquisadoras e pesquisadores nas reuniões de orientação. É, se a metáfora for válida, um trabalho *de consultório*, quase uma *clínica* da prática epistemológica, no qual são acionados para a reflexão os casos desafiadores propostos nas práticas de orientação.

Isso, evidentemente, refere-se também a um trabalho reflexivo: a relação de orientação, tal como definida por Martin (2013), Bianchetti e Machado (2012), Schnetzler e Oliveira (2010) ou Gondim e Lima (2007), é sempre de uma troca dupla, e trazemos essa discussão para o debate como participantes dele, provocados pelas situações a refletir dialogicamente para sua transformação.

Eliminado o folclore que cerca as atividades de orientação – justificado, de alguma maneira, por certas práticas que, embora extrapolem as atividades de *orientação de pesquisa*, acabam, no entanto, sendo incumbência de orientadoras e orientadores –, é possível entender o momento da orientação como um espaço único de troca de ideias e problematização não apenas da pesquisa individual ou daquelas feitas em grupo, mas também da maneira como a pesquisa será construída. A prática epistemológica é entendida dessa maneira como o conjunto de reflexões tecidas a respeito do querer-fazer de uma pesquisa, em contraste com as tramas de saberes tecidos nas discussões da área (Corazza, 1996).

Nos debruçamos aqui sobre a epistemologia presente no dia a dia da pesquisa. Como recorda Bachelard (1976: 14), nos interessa não o “vigoroso racionalismo da manhã”, com sua luminosidade objetiva do vigor da certeza, mas o “empirismo da tarde”, quando entra em cena a subjetividade do pesquisador que se vê às voltas com perguntas e questionamentos tanto mais importantes para delinear a pesquisa quanto mais forem deixadas de lado, escondidas sob um manto de cientificidade – cientificismo? – que insiste em se perpetuar no universo das chamadas ciências humanas.

Há uma considerável e bem-vinda discussão sobre as questões epistemológicas per se, mas parecem ser poucos os trabalhos que procuram pensar as condições da epistemologia na criação da pesquisa em comunicação, dedicando-se, em boa parte, a favorecer a discussão teórica sobre a metodologia, que permanece episódica na área. Se os números servem de indício, há ao menos trinta e cinco livros sobre teoria e epistemologia em circulação, contra sete livros e alguns artigos sobre metodologias e práticas de pesquisa (Baptista, 2003; Bonin; Rosário, 2013; Braga, 2005; 2010; Ferrara, 2014; Lopes, 1999; Maldonado; Bonin; Rosário, 2008; Maldonado et al., 2006; Maldonado et al., 2012; Martino, 2016; Santaella, 2001).

A epistemologia não existe fora de suas condições possíveis, ao mesmo tempo, pela sua própria existência, também é um questionamento transformador dessas condições. Não é possível, recorda Ferreira (2003), entender o epistemológico fora do político. A essas duas dimensões é possível acrescentar uma terceira, interseccional: a subjetividade dos pesquisadores nas práticas epistemológicas.

No cotidiano da pesquisa, no momento de escolher as *práticas*, o vigor epistemológico e as contradições das políticas se relacionam com as intenções

do pesquisador, criando nessa tripla intersecção o movimento dinâmico no qual uma pesquisa é, de fato, realizada.

Hyland (2012: 194), em um extenso trabalho sobre as relações entre identidade, subjetividade e condições institucionais de pesquisa, mostra uma série de estratégias de negociação entre a subjetividade dos pesquisadores e as práticas *objetivas* às quais é necessário se filiar para obter a participação na *comunidade acadêmica*.

As indefinições e impasses epistemológicos que permeiam os estudos de comunicação não deixam de se manifestar no universo singular de cada pesquisa, da iniciação científica ao pós-doutorado, quando as questões deixam o espaço do debate epistemológico para se transformarem nas atividades efetivas do âmbito de pesquisa.

Na velocidade das produções e atividades acadêmicas, nem sempre o espaço de discussão de uma pesquisa questiona seus fundamentos, muitas vezes caminhando a partir de trilhas percorridas, e o espaço de pensamento crítico se torna, em alguns casos, espaço de repetição e reelaboração.

É preciso voltar continuamente às questões fundamentais da área para encontrar outras maneiras de pensá-las. À ilusão de que certas questões, por já terem sido feitas, estariam *respondidas* é necessário contrapor a realidade de endereçar continuamente essas perguntas. É esse movimento, aliás, que as torna fundamentais.

A cada nova pesquisa, reflexões fundamentais da epistemologia da comunicação vêm à tona: isto é um trabalho de comunicação? Este objeto é próprio para a pesquisa na área? Quais métodos e abordagens permitem construir um olhar comunicacional sobre o objeto? Quais as relações entre o objeto de conhecimento e o objeto empírico? Se a área vem formulando essas questões há décadas e, portanto, elas podem parecer ultrapassadas a certos olhos, vale recordar que elas se impõem como desafio para cada pesquisadora ou pesquisador, estando dessa maneira em contínua renovação.

Esse corpo de pesquisas vai, em seu conjunto, formar o que se entende por *área de comunicação*. Mais do que qualquer definição técnica, teórica ou epistemológica sustentada a priori, é o conjunto de pesquisas de uma área que permite observar quais são seus limites, potencialidades e desdobramentos – daí a necessidade de pensar, em cada pesquisa, o que a liga ou viabiliza em termos de sua pertinência à comunicação.

Este texto caminha paralelo a reflexões desenvolvidas anteriormente pelos autores em vários espaços de interlocução (Martino; Marques, 2014; Martino, 2016). As discussões aqui presentes, portanto, buscam sintetizar, ampliar e desenvolver os debates propostos nos trabalhos mencionados.

A SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Uma das portas para observar o “racionalismo da manhã” mencionada por Bachelard (1976) seria a relação de afeto estabelecida entre o pesquisador e sua pesquisa. O aspecto da subjetividade nas práticas de pesquisa costuma ser objeto de discussões nos livros e manuais de metodologia, na forma de uma pergunta que pode ser lida como um paradoxo insolúvel da gnosiologia: se o observador não pode sair do ponto de vista de sua singularidade subjetiva, qual é a validade de seu conhecimento e quais as possibilidades de compartilhá-lo com os outros? De alguma maneira, essa questão recoloca a problemática do objetivo como oposição ao subjetivo. Não é essa abordagem proposta aqui.

O ponto inicial é uma questão a respeito do modo como a pesquisa se inscreve na vida do pesquisador (Lopes, 2003, 2004, 2010): o ato de fazer uma pesquisa mobiliza não apenas as energias intelectuais e cognitivas do pesquisador, mas também um investimento afetivo considerável no sentido de dispor de tempo, dedicação e esforço para se concentrar, talvez durante anos, em um único tema ou gama de conceitos afins.

A atividade de pesquisa decorre da subjetividade do pesquisador: a partir de algo que o perturba, incomoda ou atíça sua curiosidade, se desenvolvem os temas e problemáticas da pesquisa. A sensação de incômodo diante de uma questão coloca o pesquisador perante o questionamento de suas certezas no sentido de apontar para algo que não sabe e, justamente por isso, torna-se o tema de sua pesquisa. Mesmo o interesse *intelectual* mencionado não deixa de ter uma face sobretudo afetiva (Thomas, 2010). Como sintetizam Barbosa e Hess (2010), toda pesquisa em ciências humanas é uma pesquisa sobre o próprio pesquisador.

A docência no ensino superior pode ser um dos motivadores, especialmente no caso de um tipo específico de aluna ou aluno que, desde a graduação, mostra direcionamentos nesse sentido, participando de iniciação científica ou fazendo elaboradas monografias de conclusão de curso. Trata-se, portanto, de uma escolha pelo ambiente de pesquisa (Inácio Filho, 2005).

O envolvimento afetivo é um dos elementos responsáveis por instigar a vontade de saber, a disposição em aprender e a, efetivamente, rever suas próprias disposições interiores a respeito não só do objeto e da prática de pesquisa, mas, muitas vezes, também como visão de mundo – daí a experiência de pesquisa ter um potencial transformador em quem pesquisa, deslocando-a de certezas estabelecidas para dúvidas provisórias, para o inquietante (Freud, 2010 [1919]).

No entanto, ao mesmo tempo parece haver igualmente uma série de elementos de risco a serem observados nesse contexto.

O apego a determinados temas ou perspectivas, a dificuldade que pesquisadoras e pesquisadores têm de formular recortes, abandonando definições ou

deixando de lado temáticas, encontra algumas de suas raízes no gesto afetivo que preside a elaboração de um projeto de pesquisa.

Quando não é contraposta à racionalidade da prática de pesquisa, por mais questionável que a perspectiva de *razão* efetivamente seja, esse elemento afetivo tende a ter consequências nas práticas epistemológicas que se traduzem não só como apego ferrenho a determinados pressupostos e pontos de vista, como também procurando, em alguns casos, forçar os desenvolvimentos metodológicos e empíricos de maneira a oferecerem resultados já esperados.

Mas quais as possibilidades de um conhecimento pautado em uma necessária subjetividade?

Em um texto a respeito da possibilidade de religiosos fazerem estudos sociológicos da religião, Pierucci (1997) sustenta que o interesse no tema é um impedimento a priori para o estudo, uma vez que trabalhos elaborados nessas condições seriam tendencialmente apologéticos, quando não proselitistas. Ecoando Bourdieu (1980), Pierucci questiona a validade do conhecimento diante dos interesses: como *falar mal* da instituição à qual se está ligado? Essa perspectiva de distância pode ser lida, no entanto, como uma possibilidade de desligamento da realidade vivida que talvez, nas práticas de pesquisa, signifique a elaboração artificial de um lugar *de fora* da sociedade, uma possível *visão a partir de lugar nenhum*.

A vivência seria um empecilho para a pesquisa – o lugar de fala dentro do campo científico se caracteriza por uma autonomia relativa que não pode ser estrangida por vínculos de outra ordem. O distanciamento procura não apenas destacar as características do campo científico enquanto espaço autônomo, mas é também uma premissa epistemológica na qual se ancoram as decisões conceituais, éticas e metodológicas.

No entanto, ao menos desde os anos 1990, diversos autores como Bhabha (2006), Butler (2006) e Spivak (2008) apontam o caminho contrário. A vivência não só deve ser levada em conta como é uma das condições que possibilitam a elaboração de uma pesquisa. Ao se posicionarem ao lado dos *subalternos* em suas pesquisas, esses autores optam por assumir uma abordagem do lugar de intelectuais.

Spivak (1996: 307), por exemplo, na entrevista que concedeu aos editores do livro *The Spivak reader*, comenta alguns dos dilemas que atravessaram o modo como construiu sua implicação na elaboração de uma narrativa que, segundo ela, “trabalharia para os subalternos, trazendo-os para o circuito da democracia parlamentar, não através da benevolência cultural, mas de um trabalho acadêmico extra”².

Segundo a autora, a resposta mais geral acerca de seu ensaio “Pode o subalterno falar?” foi no sentido de que ela não havia reconhecido que o subalterno

²No original: “Working for the subaltern is precisely to bring them, not through cultural benevolence, but through extra-academic work, into the circuit of parliamentary democracy. Because the subaltern, any subaltern anywhere, is today, *de jure*, a citizen of some place or the other. So this is something that has to be kept in mind. Working for the contemporary subaltern really means putting one’s time and skills on the line so that this can happen”. Essa e demais traduções foram realizadas pelos autores.

fala. Segundo ela, alguns haviam mesmo sugerido que ela não estava permitindo que a resistência se expressasse. Ela comenta sobre seu desejo, como intelectual, de não falar pelos subalternos, especificamente em nome de mulheres subalternas, mas permitir em sua escrita a criação de uma cena de expressão e escuta para essas mulheres.

Assim, Spivak define seu lugar de fala a partir do gesto político de estar com eles e apresentar-se junto a eles para produzir um conhecimento comum, capaz de acarretar um encontro de saberes distintos, no qual um não ganha proeminência sobre o outro, mas todos partilham da mesma atividade de elaboração e construção de cenas interlocutivas nas quais subalternos falem, sejam ouvidos e considerados.

O lugar de fala assumido por Spivak nos revela que, apesar de seu diálogo constante com Foucault e Deleuze, ela, no momento da escrita de seu ensaio, ressalta que era preciso fazer que a voz da jovem indiana se destacasse diante daquela produzida pelos dois filósofos franceses que, segundo ela, apesar de detectarem as linhas de força que exercem poder de invisibilização e invalidação de saberes, não conseguiriam imaginar quais os constrangimentos e desejos implicados no agir e nos modos de existir dos *Outros* da Europa.

Spivak (1996: 307) nos mostra que todos temos um lugar de fala, uma localização social, ética e política a partir da qual “tentamos aprender com e manter vivas”³ regras e atitudes compromissadas com a crítica à desigualdade. O lugar de fala seria para ela, ao mesmo tempo, a construção reflexiva de um posicionamento e a responsabilidade ética despertada pelo modo como tal posicionamento pode constranger e impactar outros grupos, apresentando obstáculos ao desenho das condições que os permitem alcançar cidadania e emancipação.

Assim, mais do que uma experiência individual de legitimação dentro de um grupo já constituído, o lugar de fala implica identificar como sujeitos coletivos são posicionados em relações de poder hierarquizantes, questionando os discursos e narrativas autorizadas e totalizantes.

Sob esse aspecto, Spivak em sua pesquisa das insurgências dos subalternos aponta como eles emergem não como uma identidade positiva completa, com uma autoconsciência soberana, mas como sujeitos políticos conectados a uma rede de fios diferenciados e potencialmente contraditórios. Ela faz do gesto de “trabalhar para os subalternos” um método de pesquisa e um lugar de fala, a partir dos quais emergem as preocupações condutoras da investigação científica: a subjetividade, a trajetória de vida ganham importância na medida em que é a partir daí que aparecem os questionamentos que serão transformados mais tarde em perguntas de pesquisa.

³No original: “Even as we try to learn from and keep alive the rules and fragments of a compromised responsibility-based cluster of attitudes with which the general problems that we confront in postindustrial societies can be critiqued, and perhaps in some remote, impossible future, even solved; even as we try to keep them alive, we cannot forget that working for the subaltern means the subaltern’s insertion into citizenship, whatever that might mean, and thus the undoing of subaltern space”.

O estudo do grupo ou espaço social ao qual se está vinculado deixa de ser visto como impossível para se tornar necessário: a proximidade do sujeito pesquisador com o tema pesquisado é a condição para tornar uma pesquisa possível (Klinger, 2016; Rago, 2013).

Esse tipo de pergunta se objetiva, na *clínica da orientação*, em perguntas relacionadas ao lugar de fala dos pesquisadores.

De um lado, por exemplo, a preocupação de estudar a situação vivida: “Posso estudar a empresa onde trabalho?” ou “Posso analisar o movimento no qual atuo?”, com a atuação e a biografia tornando-se, na explicitação do interesse, impeditivos para a constituição de um lugar de fala científico (um religioso não pode ser um sociólogo da religião, torcer para um time impede a pesquisa sobre comunicação e futebol etc.).

De outro, a proposta de pesquisa apresentada a partir de uma narrativa biográfica: a trajetória do sujeito pesquisador é polo de ignição e reivindicação de um tipo de validade irrefutável da demanda de pesquisa ou seu catalizador (por exemplo, apenas pessoas que sofreram *bullying* poderiam estudá-lo, vítimas de racismo o pesquisariam e assim por diante). O vínculo afetivo com o objeto, visto como empecilho na primeira perspectiva, torna-se condição na segunda – a biografia legitimaria o lugar de fala científico. Soma-se a isso, o dilema de construir um lugar *fora* da experiência analisada, recobrando-o dos princípios éticos considerados adequados para que os dados sejam devidamente colhidos e representados no texto (a experimentação, os afetos e sensações tornam-se aí objeto de anexos, profusas notas de rodapé e comentários bem-humorados nas bancas de defesa).

Podemos, de acordo com Fassin (2008), fazer uma pesquisa guiada pelos afetos que, ainda assim, seja rigorosa, ética e coerente. O rigor não se confunde com a objetividade, mas deriva de uma coerência interna da pesquisa: coerência entre o problema que nos guia, os conceitos mobilizados e a metodologia criada a partir desses elementos. O rigor também requer análises detalhadas nas quais se manifestem explicitamente as implicações político-epistemológicas do pesquisador e as influências históricas, sociais e institucionais que atravessam a prática da pesquisa e sua construção discursiva. Dito de outro modo, o rigor não está só na descrição dos fatos e dos procedimentos metodológicos desenhados para observá-los, mas na dialogicidade e na dialeticidade (negociação ética com as perspectivas dos pesquisados). Não se trata de procurar inocentemente resolver os problemas éticos tal como são apresentados em nossa trajetória de pesquisa, mas de nos esforçarmos para formulá-los de maneira pertinente a fim de capturar seus dilemas teóricos, culturais, humanos e políticos. “Não resolvemos uma aporia, [...] nós a exploramos através do trabalho de explicitação das

questões éticas, de esmiuçamento de suas tensões e de negociação de respostas localizadas e provisórias”⁴ (Ibid.: 132-133).

O ponto de partida desse interesse e investimento biográficos, afirmando ou negando o vínculo de conhecimento do outro, manifesta-se em um segundo espaço: no vínculo com a alteridade, o qual, formado em uma trama intersubjetiva de aberturas e fechamentos, igualmente conduz a perspectiva epistemológica de uma pesquisa.

⁴No original: “On ne dépasse pas une aporie: on l’explore [...] dans le travail d’explicitation des questions éthiques, d’exploration de leurs enjeux et de négociation de réponses locales et provisoires”.

DA ALTERIDADE AO OUTRO COMO *OBJETO*

A pesquisa nos coloca diante da alteridade. Na pesquisa em ciências sociais, o tema está sempre relacionado ao outro que nos desafia a pensar a relação existente entre o *eu* do pesquisador e esse *outro*: o trabalho de pesquisa, pensando a partir de Lévinas (2007), acontece no espaço do *nós*, que, como recorda o autor francês, não é a soma de mais de um *eu*, mas constitui outro lugar de encontro.

Independentemente da postura epistemológica escolhida para seu desenvolvimento, o trabalho de pesquisa pode ser entendido como um exercício de aproximação com o outro.

Esse *outro*, em sentido amplo, implica a relação de objeto com um sujeito pesquisador: o *objeto de pesquisa*, o *objeto de conhecimento*, o *objeto empírico* e denominações semelhantes indicam o ponto de vista de colocar a questão como exterior ao sujeito pesquisador. Nessa concepção ampla, a alteridade que a pesquisa impõe ao pesquisador pode ser entendida como o conjunto de elementos que se tornarão presentes no ato de pesquisar – documentos, textos, conceitos e métodos se tornam, aos olhos do sujeito, uma alteridade com a qual será necessário lidar (Martinelli, 1999: 26).

No cotidiano da pesquisa, no entanto, os constrangimentos institucionais de prazos e obrigações nem sempre permitem ver o outro dessa maneira. O encontro com a subjetividade na pesquisa aparentemente não pode ser tomado em equivalência com qualquer outro encontro, visto que acontece na situação metodologicamente controlada da pesquisa.

Dois perspectivas diferentes do que é *ciência* orientam essas perguntas. No entanto, a oposição que construímos aqui não se resolve com a escolha de uma ou outra: ao contrário, nosso argumento é que o modelo atual de pesquisa é formado por uma adaptação pouco elaborada de ambas – nossas pesquisas, originadas em problemas subjetivos, são complementadas por métodos objetivos no encontro com a alteridade. A problemática epistemológica deriva-se para a escolha metodológica e, nesse momento, recrudescer a perspectiva do distanciamento *objetivo* do pesquisador em relação a seu objeto.

O afeto pela pesquisa se constitui como um dos polos norteadores da prática, e não é de se estranhar que outras instâncias da subjetividade povoem o espaço de pesquisa. Seria bordejar o psicanalítico observar como se estabelecem determinadas situações da relação de orientação, quando, por exemplo, pesquisadores que em instâncias anteriores demonstraram alta capacidade de pesquisa deixam de lado o impulso para pesquisar, oportunidades e mesmo, em certos casos, apresentando dificuldades para escrever. Essa dinâmica supõe que fatores subjetivos, muitas vezes excluídos do âmbito *sério* ou *prático* do ato de pesquisar, precisam ser levados em consideração no momento em que se pensam as atividades de pesquisa.

Na relação de orientação, ressaltam Schnetzler e Oliveira (2010), a intensidade do vínculo estabelecido ao longo de uma atividade de pesquisa não mobiliza apenas recursos cognitivos, mas também emocionais e afetivos na satisfação de verificar o desenvolvimento da pesquisa – ou na frustração pelo contrário. Essa relação parece se tornar tanto mais patente quando, em razão das condições de produção da pesquisa, orientadores alargam o limite de suas atividades acrescentando ao espaço tutorial de uma investigação tarefas de encaminhamento técnico, burocrático e administrativo.

A alteridade, nesse momento, corre o risco de não ser compreendida como tal, mas como *objeto* de pesquisa, do qual se extrairão *dados* ou *discursos* para serem analisados a partir de um *referencial teórico* que, de antemão, já qualifica o outro dentro de categorias: é parte de uma *classe social*, de uma *faixa etária*, de um *gênero* ou *etnia*, para permanecermos no repertório das ciências sociais, espaço no qual a comunicação se localiza.

Evidentemente o procedimento classificatório é um dos pressupostos do fazer científico, e a construção de características hermenêuticas um dos elementos que preside a operacionalização heurística da própria pesquisa. No entanto, a qual procedimento classificatório estamos nos referindo? O exercício de *classificar* a alteridade potencialmente se converte no exercício de redução do outro aos moldes teórico-metodológicos que orientam uma pesquisa. A nomenclatura *objeto* neste caso parece resistir às avaliações dos comitês de ética na pesquisa em um sentido talvez mais gnosiológico do que epistemológico: a ideia de *estudar* e *entender* o outro, extraindo *resultados* a partir de métodos específicos.

Amplamente criticada do ponto de vista epistemológico, como destacam longamente Morin (2001) ou Santos (1998, 2010), é interessante notar sua persistência como método: os manuais de metodologia de pesquisa raramente dedicam algum espaço às questões relacionadas à intersubjetividade existente no trabalho de pesquisa nas ciências humanas, dedicando-se fundamentalmente às demandas do *como fazer* para a obtenção de determinadas informações.

Pesquisadores que diferem em inúmeros aspectos parecem concordar com a necessidade de questionar essa relação.

Morin (1996, 1998, 2009) ressalta a dimensão ensaístico-compreensiva da pesquisa sociológica, insistindo na necessidade de levar em conta que em sociologia a relação entre pesquisador e pesquisado é, antes de mais nada, uma relação entre sujeitos. É necessário, nesse aspecto, procurar sempre um “meta-ponto” de vista que implique o questionamento da pesquisa realizada, recordando que na relação entre sujeitos não há um “ponto neutro” para o observador, e apenas o “metaponto” de observação pode oferecer um parâmetro para pensar os rumos da pesquisa.

Nas antípodas desse pensamento, mas abordando uma questão semelhante, Bourdieu (1980), ao mesmo tempo que continuamente reivindica o estatuto de ciência para a sociologia, não deixa de lado a reiteração constante da necessidade de exame das condições de força a partir das quais emerge uma pesquisa. Seu comentário não é sobre a subjetividade de quem pesquisa, conforme trabalha Morin, mas a respeito das condições sociais de produção da pesquisa – por exemplo, as implicações do campo científico dentro do qual se trabalha para a eleição de objetos mais ou menos “nobres” ou mesmo “científicos”, subjetivadas pelo pesquisador em seu habitus científico.

Embora situados em campos bastante diferentes, os dois autores sugerem a necessidade de observar as questões relacionadas à subjetividade na pesquisa como fator determinante nas possibilidades de conhecer efetivamente algo da sociedade na qual se vive.

Essa perspectiva está ligada, de algum modo, ao estudo das possibilidades de fazer ciência – e o ponto de vista ético que se impõe aqui não está relacionado às considerações de respeito ou do componente especificamente moral de uma pesquisa, mas à própria condição de conhecer alguma coisa no espaço das relações com o outro a ser pesquisado – o *ser-pesquisador* já coloca, de saída, a perspectiva de um intervalo na direção do pesquisado. Entendida no aspecto relacional, a ética é um dos fundamentos epistemológicos da pesquisa, na medida em que é a partir dela que se desvelam as possibilidades de construção do conhecimento.

A OBJETIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

A sociologia do conhecimento dedicou e dedica considerável espaço às questões propriamente externas das práticas do conhecimento. Vários trabalhos, hoje clássicos, referem-se fundamentalmente à premência de fatores externos condicionantes da pesquisa científica, em uma tradição inaugurada por Weber (2010) e seguida por vertentes muito diversas.

No entanto, apenas recentemente se começa a pensar as condições de subjetivação dos fatores objetivos, institucionais e políticos existentes dentro das práticas epistemológicas de construção da pesquisa. Ao que tudo indica, o tema da subjetividade de quem pesquisa continua sendo relegado a segundo plano dentro de um espaço de certezas fixas marcadas por uma persistente “objetividade” presente na noção de “conhecimento” em circulação na área de comunicação – e, de resto, em toda pesquisa qualitativa (Nygaard, 2015: 45).

Projetos de pesquisa nascem do encontro entre as condições objetivas – leia-se, aqui, o dispositivo de poder com o qual as práticas epistemológicas se relacionam – e sua possibilidade de subjetivação pelo indivíduo interessado em *fazer pesquisa*, da iniciação científica ao pós-doutorado. Dentro dessas condições, há um longo aprendizado não apenas das práticas acadêmicas, na formação de um *habitus* no sentido de Bourdieu (1992), mas um processo que parece ir consideravelmente mais fundo na constituição do ser-pesquisador.

O engajamento com a pesquisa ocorre também em um nível altamente pessoal e subjetivo, costumeiramente negligenciado no âmbito das práticas sociais acadêmicas, e que só se manifesta em momentos de tensão e ruptura – quando a magia existente entre o pesquisador e sua pesquisa se esvai diante dos constrangimentos técnicos epistemológico-institucionais decorrentes das próprias práticas da academia.

Isso não significa tecer invectivas contra a burocracia ou contra os procedimentos técnicos, fundamentais na dinâmica de qualquer área. Não é a isso que nos referimos.

É possível notar a eclosão da questão quando os *modos de fazer* das práticas institucionais ganham proeminência diante das atividades de elaboração epistemológica. Os constrangimentos institucionais, em diversos níveis, às vezes parecem se escalar em um conjunto de obrigações de caráter formal-burocrático (modelos, normas e regras a serem seguidos no momento da escrita e sua *mise en forme* representacional) que colocam em segundo plano as atividades-fim da pesquisa.

Nota-se nesse ponto um certo contraste, ou mesmo uma contradição interna, entre os discursos de questionamento de um *status científico* da área de comunicação, com uma insistente recusa e crítica – correta, a nosso ver – de um modelo *positivista* de ciência, e a adoção acrítica desse mesmo modelo. A busca pelo conhecimento sistematizado e bem representado – ousaríamos dizer *apostilado* – parece se manifestar igualmente nas instâncias epistemológicas, nos momentos de elaboração da pesquisa.

Se é possível jogar com os rótulos, o cotidiano de pesquisa muitas vezes se realiza no movimento entre teorias pós-modernas e métodos positivistas. Isso

pode se refletir na prática, conforme indicado em outros momentos (Martino, 2016), como a distância entre as discussões dos *capítulos teóricos* e a operacionalização metodológica dos conceitos no momento da definição e análise do *objeto empírico*. A alteridade é reduzida ao *objeto*, ao *provedor de informações* ou de *discursos* a partir dos quais se complementa o que a pesquisa teórica já indicava.

A fluidez do conceito de *ciência* presente na área de comunicação parece contribuir de alguma maneira para esse estado de coisas. Adota-se e recusa-se, ao mesmo tempo, um modelo de ciência. Há critérios de quantificação presidindo os quesitos de progressão acadêmica, exigências de produção, estratificações diversas de qualificação a partir de critérios que parecem demandar, na pesquisa em comunicação, a adoção de um modelo *científico*, próximo ao visto na produção de países anglo-saxônicos – números, tabelas, gráficos, dados.

A rigor, o problema não estaria na adoção ou crítica desse modelo epistemológico em si; a questão é que esse padrão de fazer científico parece não se justificar dentro da pesquisa em comunicação: a impossibilidade de produzir resultados mensuráveis, as dificuldades metodológicas da mensuração quantitativa, vista na quantidade de pesquisas qualitativas da área, a existência de uma gama de objetos diferentes que impede uma aproximação outra que não seja pela justaposição disciplinar – não estamos falando de *interdisciplinaridade* – desafiam os parâmetros de *cientificidade* da área – pelos quais, por outro lado, ela é julgada e avaliada.

Essas contradições podem escapar à percepção de quem está envolvido no momento de produção acadêmica. Sobretudo porque a reflexão epistemológica, recorda Signates (2013), não acompanha necessariamente as práticas da pesquisa.

Diante desse cenário, pode-se entender porque a busca dos *modelos* de formatação deriva na busca de *modelos* teórico-metodológicos para a realização da pesquisa com garantias não só de que se está *fazendo certo*, mas também da aprovação em bancas e da *facilidade* de realização do trabalho dentro dos *modelos*: há uma garantia na fórmula certa e consagrada, as *palavras mágicas* – muitas vezes, os conceitos em voga durante um período – para a realização da pesquisa. Como se o emprego de referenciais teóricos, geralmente de alta complexidade, fosse fruto de uma decisão anterior à exploração do objeto, tomando a *teoria* como um conjunto de postulados a serem *provados* pelo momento empírico da pesquisa.

Sob esse aspecto, não é raro observar também a conversão do objeto empírico em *exemplos* ou o emprego acrítico, e por vezes formal, de referenciais teóricos complexos para a análise de objetos. Cumpre-se, dessa maneira, com as exigências de um conhecimento objetivo ao mesmo tempo que é deixada de lado a percepção de um modo de subjetivação específico do que significaria *fazer*

pesquisa. O ponto se resume à *aplicação* dos modelos e fórmulas consagrados dentro de um determinado referencial acadêmico, sustentado acriticamente devido ao seu valor simbólico estabelecido.

Nesse ponto, entram em cena as *genealogias acadêmicas* responsáveis pela filiação mais ou menos rígida a um ou outro modo de pesquisa relacionado à dinâmica de produção de verdades teórico-metodológicas aceitas, com mais ou menos críticas e restrições, nos espaços do ambiente universitário. Esse tipo de vinculação da pesquisadora ou pesquisador tende a garantir o ingresso e o reconhecimento em espaços acadêmicos que, no entanto, seriam de difícil acesso.

Aparece nesse momento também a subjetividade do pesquisador, confrontado em sua decisão de saber com as possibilidades e arranjos político-epistemológicos referentes à sua posição. Em alguns casos, quando o desacordo entre as expectativas e as possibilidades atinge níveis muito altos, chega-se ao ponto de ruptura: é o momento em que a pesquisa, vista anteriormente pelo pesquisador como espaço de descoberta, torna-se uma atividade burocratizada nas obrigações de afirmação e sustentação de uma *verdade*.

Os níveis de sofrimento psíquico referentes a esse tipo de demanda costumam ser altos, e, de alguma maneira, são responsáveis também por criar e reforçar certa anedota em circulação na área sobre as dificuldades de fazer pesquisa, tornando a prática do conhecimento um fardo do qual o pesquisador quer se livrar o quanto antes, a qualquer custo (Beillrot, 2001; Carvalho, 2015).

Além disso, o tempo da investigação é atravessado por inúmeras temporalidades ou espaços-tempos já existentes e também aqueles criados especialmente por causa da situação de pesquisa. A multiplicidade de espaços-tempos criados descentra e desterritorializa a pesquisa, enfrenta os espaços-tempos institucionalizados e consensuais, produzindo novos agenciamentos e, assim, novos e imprevisíveis (indomáveis, incontroláveis) acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos momentos problemáticos de qualquer investigação, para além dos parâmetros institucionais, aflora a subjetividade do pesquisador, muitas vezes visível na angústia que cerca os meandros da produção acadêmica – não por acaso, o folclore dos corredores universitários é eivado de relatos subjetivos das dificuldades colocadas pela pesquisa ou na relação com colegas e orientadores, a ponto de ganharem proeminência diante dos elementos de investigação *científica* propriamente ditos.

A apresentação da área acadêmica de comunicação como *científica*, entendendo-se algumas vezes por *ciência* o pano de fundo de averiguação positivista,

demonstra-se em certos casos como um fator que afeta a subjetividade dos pesquisadores, movidos nem sempre pelo desejo originário de saber, mas pela preocupação em adequar suas inquietações epistemológicas às demandas de um *fazer científico* ou *acadêmico*. Dessa maneira, as práticas altamente subjetivas da proposição de pesquisa se apresentam como formas *objetivas* de produção de um conhecimento *científico* em uma área, ou mesmo uma *grande área*, que parece não comportar esse tipo de procedimento.

Um dos resultados desse processo é a dissociação entre as perspectivas teóricas e metodológicas empregadas na área. Como observado alhures (Martino, 2016), as *grandes teorias* empregadas na área de comunicação não se constituem em operadores metodológicos capazes de oferecer parâmetros para a produção de pesquisas. Nesse momento, os operadores conceituais em circulação na área, por vezes adotados de maneira cognitivo-afetiva pelos pesquisadores, demonstram uma insuficiência ontológica em termos da análise dos objetos empíricos – o que talvez não possa efetivamente surpreender, dado que o objeto de conhecimento, nesse caso, também não se apresenta de maneira definida.

Observa-se com isso a emergência de uma questão: se a comunicação é uma *ciência*, e, como tal, é tratada e definida pelas instâncias político-institucionais, qual a resistência em definir pontos básicos? Ao mesmo tempo, dada a aparente ausência de consenso nessas definições, que oferecem tanto espaço à elaboração subjetiva, qual a razão da insistência em tratá-la como *ciência*? Em termos da prática cotidiana, como aliar uma investigação teórica subjetiva e ensaística, predominante na área, com as exigências de uma empiria objetiva, vinculada a técnicas de coleta e análise de dados que raramente dialogam com os desenvolvimentos teóricos? As perguntas, recebidas constantemente nos diálogos de orientação, *qual autor devo usar?* ou *como redigir minha pesquisa de modo que não seja só a representação do vivido, mas também fazer reviver o experimentado?* sugerem uma tensão entre o *uso* desta ou daquela vertente teórica para *explicar* os dados empíricos e a própria elaboração, fabricação e criação da pesquisa via escrita.

O diálogo entre teoria e método pode desaparecer nesse ponto.

Como perspectiva e proposta sintética do apresentado, talvez fosse necessário pensar que a operação relacional posta em marcha pela pesquisa em comunicação deve acolher a alteridade, habilitando-nos a pensar, ver e dizer diferentes mundos outramente, permitindo-nos fazer parte dos mundos que elas (operação e pesquisa) deixam entrever, permitindo-nos um tempo para encontrar um lugar em meio à modelagem representativa e à experimentação afetiva. ■

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BAPTISTA, M. L. C. Disciplinas teóricas: de entulho de currículo a campo do desejo e autopoiese. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Intercom, 2003.
- BARBOSA, J.; HESS, R. *Diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Liber Livros, 2010.
- BEILLROT, J. A “pesquisa”: esboço de uma análise. In: ANDRÉ, M. *O papel da pesquisa na formação e na prática de professores*. Campinas: Papirus, 2001. p. 51-64.
- BHABHA, H. *The location of culture*. Londres: Routledge, 2006.
- BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Apresentação. In: _____; _____ (Orgs.). *A bússola do escrever*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-24.
- BONIN, J.; ROSÁRIO, M. *Processualidades metodológicas*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOURDIEU, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *Homo academicus*. Paris: Seuil, 1992.
- BRAGA, J. L. Para começar um projeto de pesquisa. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 10, n. 3, set./dez. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v10i3p288-296>
- _____. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. *E-Compós*, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.v14i1.665>
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres: Routledge, 2006.
- CARVALHO, S. *Como não se faz um trabalho de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. *Caminhos investigativos*. Porto Alegre: Mediação, 1996. p. 105-131.
- FASSIN, D. Léthique, au-delà de la règle: réflexions autour d'une enquête ethnographique sur les pratiques de soins en Afrique du Sud. *Sociétés Contemporaines*, v. 3, n. 71, p. 117-135, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.3917/soco.071.0117>
- FERRARA, L. D'A. A comunicação: da epistemologia ao empírico. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. *Anais...* Belém: Compós, 2014.
- FERREIRA, J. Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: LEMOS, A. et al. (Orgs.). *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 115-129.

- FREUD, S. O inquietante. In: _____. *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14. p. 329-376. Trabalho originalmente publicado em 1919.
- GONDIM, L.; LIMA, J. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- HYLAND, K. *Disciplinary identities*. Cambridge: CUP, 2012.
- INÁCIO FILHO, C. *A monografia na universidade*. Campinas: Papirus, 2005.
- KLINGER, D. *Escritas de si, escritas dos outros*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- LÉVINAS, E. *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. A pesquisa e o ensino nas escolas de comunicação. In: PERUZZO, C. M. K.; SILVA, R. B. *Retrato do ensino em comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom; Unitau, 2003. p. 283-294.
- _____. Pesquisa em comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 13-39, jan./jun. 2004.
- _____. Reflexividade e relacionalismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica de comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. (Orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 27-49.
- MACEDO, R. S. *A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Brasília: Liber Livros, 2012.
- MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, M. N. *Perspectivas metodológicas em Comunicação*. João Pessoa: UFPB, 2008.
- MALDONADO, A. E. et al. *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*. Natal: EDUFRN, 2012.
- MALDONADO, A. E. et al. *Metodologias de pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MARQUES, A. C. S.; MARTINO, L. M. S. A comunicação, o comum e a alteridade: para uma epistemologia da experiência estética. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 31-44, 2015.
- MARTIN, M. S. Que faire des conseils (ou de la absence de conseil) de son directeur de thèse? In: HUNSMANN, M.; KAPP, S. *Devenir chercheur: écrire une thèse en sciences sociales*. Paris: Ehes, 2013. p. 63-79.
- MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas em serviço social. In: _____. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999. p. 19-30.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Aproximações e ambivalências epistemológicas da pesquisa que se constitui entre a comunicação e o comunicar. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2014.

- MARTINO, L. M. S. Da teoria à metodologia: um ensaio sobre a construção de projetos em comunicação. *Revista Comunicação Midiática*, v. 11, n. 2, p. 22-35, ago./dez. 2016.
- MORIN, E. *Sociologia: a sociologia do microssocial ao macroplanetário*. Portugal: Europa-América, 1996.
- _____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *O Método 03 – O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- NYGAARD, L. *Writing for scholars*. 2. ed. Londres: Sage, 2015.
- PIERUCCI, A. F. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, A. P.; STEIL, A. C. (Orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 249-262.
- RAGO, M. *A aventura de contar-se*. Campinas: Unicamp, 2013.
- SANTAELLA, L. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Afrontamento, 1998.
- _____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- SCHNETZLER, R. P.; OLIVEIRA, C. *Orientadores em foco*. Brasília: Liber Livros, 2010.
- SIGNATES, L. O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação na atualidade. In: BRAGA, J. L.; GOMES, P. G.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A. (Orgs.). *10 perguntas para produção do conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2013. p. 19-29.
- SPIVAK, G. C. *In other worlds*. Londres: Routledge, 2008.
- _____. Subaltern Talk, interview with the editors. In: LANDRY, D.; MACLEAN, G. (Eds.). *The Spivak reader*. Londres: Routledge, 1996. p. 287-308.
- THOMAS, B. *A filosofia e a felicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.
- WACQUANT, L. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

Artigo recebido em 14 de novembro de 2017 e aprovado em 9 de abril de 2018.